

NOVEMBADA: a luta pela democracia

Novembrada: the struggle for democracy

Cristiane Maria Machado da Silveira¹
Eloisa Barreto Klein¹

Resumo: O presente trabalho aborda como tema a Novembrada, manifestação realizada em 30 de novembro de 1979 em Florianópolis. Para tal pesquisa se fez, primeiramente, um apanhado dos fatos históricos que desencadearam a revolta dos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Posteriormente este estudo priorizou entender os motivos que antecederam a Novembrada, assim como os acontecimentos ocorridos no dia da visita do presidente militar João Batista Figueiredo e as ações tomadas pelos governistas, após o protesto. E finaliza-se com uma análise dos fatos históricos.

Palavras-chave: Novembrada. Ditadura brasileira. Ditadura em Santa Catarina.

Abstract: This paper discusses how the theme Novembrada, demonstration held on November 30, 1979 in Florianópolis. For such research was done, first, an overview of the historical facts leading up which triggered the revolt of the students of the Federal University of Santa Catarina - UFSC. Later this study prioritized understand the reasons leading up to Novembrada, as well as the events on the day of the visit of military President João Batista Figueiredo and actions taken by government supporters after the protest. And it concludes with an analysis of historical facts.

Keywords: Novembrada. Brazilian dictatorship. Dictatorship in Santa Catarina.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo fazer a análise histórica da Novembrada, protesto ocorrido em Florianópolis (SC) em 1979. Para isto inicia-se com apanhado geral dos governantes do país em vários períodos que antecedem a revolta de um grupo de catarinenses.

Neste sentido, procurou-se entender a política brasileira a partir da morte do presidente Getúlio Vargas em 1954, período que houve novas eleições e o sucessor foi Juscelino Kubitschek (1956-1961).

O próximo presidente também foi eleito por voto popular, era ele Jânio Quadros e seu vice João Goulart, também conhecido por Jango. Jânio Quadros assumiu em 1961 e devido à pressão popular renunciou em agosto do mesmo ano. O seu vice, João Goulart, que deveria assumir por direito estava fora do Brasil, em uma visita oficial à China comunista, por este motivo a presidência ficou a cargo do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Iniciou assim o golpe contra Jango. Os detentores provisórios da presidência não queriam deixar João Goulart assumir a presidência, alegando que ele era “comunista”. Jango desembarcou no Rio Grande do Sul, onde recebeu asilo político do então governador Leonel Brizola. Entra em vigor neste governo o sistema parlamentarista, que posteriormente, após uma consulta popular, o país retorna a ser presidencialista, e gerido por João Goulart até 1964.

Em 1964 ocorre o golpe de estado e passa a vigorar o Regime Militar no Brasil. Nesta parte do trabalho buscou-se detalhar cada governo do período militar, suas características e feitos.

O primeiro presidente do sistema militar foi Castello Branco (1964 a 1967), em seu mandato ele implantou a censura, sendo um período de forte repressão policial. Neste governo

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

foram criados os Atos Institucionais, do AI-1 ao AI-4, e a Lei da Segurança Nacional.

O segundo foi Artur Costa e Silva (1967 a 1969), ele manteve a política econômica de Castello Branco, porém seu governo foi marcado pelas inúmeras manifestações populares contra a repressão e diminuição da liberdade. Nesse governo foi criado o Ato institucional 5, que dava poderes totais ao presidente. Este mesmo presidente, em 1969, precisou se ausentar por motivos de saúde, assim, uma Junta Militar que unia as três forças nacionais assumiu o poder temporariamente.

Em outubro do mesmo ano, eleito pelo congresso, assume Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974). Seu governo foi marcado pelo “Milagre Econômico”, pelas propagandas e a alta censura, principalmente aos artistas.

O presidente seguinte também foi indicado, seu nome era Ernesto Geisel (1974 a 1979). Ele assumiu o poder em um período onde o povo já estava pedindo a volta da democracia, e suas primeiras atitudes no poder foram de suavizar a censura e liberar as eleições para senadores, deputados e vereadores. Porém, os órgãos de inteligência continuavam a prender os opositores do governo.

No fim de seu governo, Geisel indicou um de seus aliados para garantir que o processo de democratização continuasse, o escolhido foi o polêmico João Figueiredo (1979 a 1985). Uma das conquistas deste período foi a Lei da Anistia, o fim do bipartidarismo. Foi neste governo que ocorreu o objeto de estudo deste trabalho, a Novembrada.

Posteriormente, fez-se um apanhado histórico da Ditadura em Santa Catarina e seus governantes.

Em 1964 quando ocorreu o golpe militar o governo estava nas mãos de Celso Ramos, seguido de Ivo Silveira. Após o Ato Institucional-5 as eleições passaram a ser indiretas e o governador indicado foi Colombo Machado Salles. Este governo aconteceu concomitantemente com a presidência de Médici e participou do “Milagre Econômico”. Seu sucessor no poder foi Antônio Carlos Konder Reis, conhecido como um dos mais honestos políticos catarinenses.

No mesmo ano que Figueiredo assumiu a presidência, Santa Catarina também ganhou um novo governador: Jorge Konder Bornhausen.

Foi neste contexto histórico que aconteceu a manifestação ocorrida no dia 30 de novembro de 1979, na capital Florianópolis, que posteriormente ficou conhecido como “Novembrada”.

Neste trabalho teve-se, também, como objetivo, conhecer os motivos que antecederam a revolta, a fim de entender sobre o que realmente aconteceu durante a visita de Figueiredo e as proporções que o movimento tomou. Por isso dividiu-se o tema Novembrada em mais duas partes: O movimento estudantil e Acontecimentos após o dia 30 de novembro.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista com uma pessoa que vivenciou o fato histórico que se trata neste projeto. Trouxemos a entrevista na íntegra (no anexo).

Ditadura militar brasileira

Para melhor entendermos o período histórico brasileiro que culminou na ditadura militar em 1964, procurou-se estudar e compreender os acontecimentos políticos que antecederam o golpe.

O Brasil passou por uma grande alternância de poder após a morte do presidente Getúlio Vargas em 1954. Posteriormente, entre 1956 a 1961, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito pelo voto popular e seu sucessor Jânio Quadros, também eleito de forma democrática, ou seja, por meio de eleições. Jânio Quadros teve como seu vice João Goulart.

Em outubro de 1960, Jânio Quadros, durante a sua campanha eleitoral tinha um discurso anticomunista e defendia a manutenção da família e da propriedade, o símbolo de sua campanha política era a vassoura, afirmando que ia varrer os corruptos do poder. Todavia, após eleito ele assumiu um perfil totalmente diferente e contrário do que havia pregado durante sua campanha.

Tomou atitudes para restabelecer relações com a União Soviética e com a China comunista, também demonstrou ser contra a expulsão de Cuba socialista da Organização dos Estados Americanos (OEA). Estas posições políticas fizeram com que a aceitação de seu governo fosse diminuindo cada vez mais, porém a “gota d’água” foi a condecoração com Ordem do Cruzeiro do Sul de Ernesto “Che” Guevara, que era comandante da revolução Cubana, sendo que esta condecoração brasileira era a mais alta do país (PILETTI; PILETTI, 1995). A partir destes acontecimentos, consideradas atitudes comunistas à pressão dos militares e congressistas contra o governo de Jânio Quadros se tornou constante, culminando na sua renúncia em 25 de agosto de 1961.

Devido à renúncia do então presidente, de acordo com a constituição brasileira, o vice deveria assumir, ou seja, João Goulart, “este, porém, estava em visita oficial à China comunista, e a presidência foi entregue a Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados”. (COTRIM, 1999, p. 327). A partir deste fato teve início a perseguição contra Jango. Os detentores do poder provisório, na época, o acusavam de “perigoso comunista” e pretendiam impedi-lo de assumir a presidência assim que chegasse ao Brasil. João desembarcou no Rio Grande do Sul onde recebeu asilo de Leonel Brizola, então governador daquele Estado, onde teve início uma campanha chamada: “Campanha da Legalidade”, objetivando colocar em vigor a nossa constituição, ou seja, fazer com que João Goulart assumisse seu lugar de direito na presidência da república.

Para encontrar uma solução os favoráveis à posse se mobilizaram, justificando uma ameaça de uma guerra civil e os contrários, chamados de “golpistas” propuseram um acordo: colocar em vigor o sistema parlamentarista. Assim, João Goulart seria o presidente, mas com poderes limitados, sendo que o governante do país seria o primeiro ministro. Jango, como ele era popularmente chamado, aceitou primeiramente e logo depois foi realizado um plebiscito questionando a população sobre a escolha do sistema de governo; parlamentar ou presidencial. A decisão dos eleitores foi a favor do presidencialismo, favorecendo Goulart.

O governo de Jango tinha diversas propostas, como reforma eleitoral, reforma universitária e reforma agrária, mas a constante crise política decorrente do descontentamento dos adversários fez com que o presidente não tivesse tempo para pôr em prática seu projeto, pois “a conspiração para tirá-lo do poder já estava organizada e dela participavam aqueles que se viam prejudicados pelas reformas: as multinacionais, os latifundiários, os militares...” (PILETTI; PILETTI, 1995, p. 81).

Seus adversários utilizam as reformas de João Goulart para fundamentar suas teorias conspiratórias de que o governo era comunista e assim mobilizar a opinião pública contra o então presidente, tudo isso contribuiu para que tivesse início à ditadura e “no dia 31 de março de 1964, explodiu a rebelião das Forças Armadas contra o governo João Goulart [...] Sem condições de reagir ao golpe, João Goulart deixou Brasília, em 1º de abril de 1964 [...] dirigiu-se para o Uruguai como exilado político” (COTRIM, 1999, p. 330).

Após o golpe militar o país ficou sob comando de três ministros militares até a escolha do general Castello Branco para presidente da República. Este se tornou presidente de 1964 a 1967. Em se tratando deste período, Schmidt (1999) destaca que as primeiras medidas, deste presidente foram: repressão contra os opositores diretos e indiretos do regime militar e anulação dos decretos sancionados pelo presidente anterior João Goulart.

Também Piletti e Piletti (1995) afirmam que Castello Branco cassou, suspendendo seus direitos políticos, 378 pessoas, entre as quais três ex-presidentes: Juscelino, Jânio e Jango, seis governadores e 55 membros do congresso nacional.

Este período caracterizou-se por uma onda de tensão política onde não se podiam expressar pensamentos em público sob pena de ser preso, torturado e até morto. Cotrim (1999, p. 335) acrescenta que o então governo, neste período “declarou-se inimigo feroz das ideias socialistas ou ‘comunistas’, promovendo forte repressão policial contra várias entidades, entre elas diversos sindicatos [...], e a União Nacional dos Estudantes (UNE)”.

O então presidente, Castello Branco, em seu mandato criou atos institucionais (A.I) e no ato institucional nº 2, que limitava o país a dois partidos políticos, Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que era a oposição; Ato institucional nº 3 que estabelecia o fim das eleições diretas; Ato institucional nº 4 que dava poderes ao governo a criar uma nova constituição, esta elaborada posteriormente em 1967 para fortalecer o poder do presidente; e leis em prol do autoritarismo, como a Lei da Segurança Nacional, que tratava como inimigos da pátria qualquer cidadão que se opusesse ao regime militar (COTRIM, 1999).

Em março de 1967 o congresso indicou para sucessor de Castello Branco o general Artur Costa e Silva e seu vice Pedro Aleixo. “O presidente manteve a política econômica de seu antecessor, mas enfrentou uma grande onda oposicionista, inconformada com as restrições à liberdade e com os rumos político-econômicos do país”. (VIEIRA, 2001, p. 248).

A população, descontente, passou a realizar inúmeras manifestações mesmo com a repressão policial violenta. Cotrim (1999, p. 336) cita como “um dos momentos culminantes desse protesto a passeata dos cem mil, no Rio de Janeiro em 25 junho de 1968. Entusiasmada a multidão gritava palavras de ordem como: ‘o povo unido jamais será vencido’”.

Em setembro do mesmo ano, o deputado do partido MDB, Márcio Moreira Alves, fez um discurso no Congresso Nacional criticando o atual governo e os militares. Cardoso (2012, p. 232) alega que “o governo então pediu autorização à câmara dos deputados para processar Mário Moreira Alves, mas a câmara recusou”. Esta recusa motivou o então governo a tomar medidas para poder reprimir casos futuros e não contrariar as vontades do presidente. Surge assim o Ato institucional 5.

O AI-5 conferia ao presidente da república poderes totais para reprimir e perseguir as oposições. Ele podia fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores; legislar em todas as matérias durante o fechamento dos órgãos parlamentares; intervir nos estados e nos municípios sem as limitações previstas na Constituição; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais; demitir, aposentar, remover funcionários públicos; restringir as liberdades individuais e suspender a garantia do *habeas-corpus*. (COTRIM, 1999, p. 337).

Utilizando o AI-5, como normatização e controle dos conflitos, o governo prendeu várias pessoas e fechou o congresso por prazo indeterminado.

Em agosto de 1969 o presidente Costa e Silva adoeceu e foi impedido de continuar a exercer a presidência. Seu vice Pedro Aleixo, que deveria assumir, sofreu um novo golpe. Os três ministros militares tomaram o poder. Eram eles Lyra Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Souza Mello (Aeronáutica). Eles formaram o que se chamou de Junta Militar (PILETTI; PILETTI, 1995).

No período em que a junta militar esteve no poder entraram em vigor 58 artigos, modificando a constituição. Esses davam mais poder ao governo. Vieira Filho (2001, p. 249) cita que “neste triste episódio em que se envolveram as três armas, valia de tudo: delações, torturas, prisões arbitrárias e mortes ocorreram em praticamente todos os estados”.

Em outubro, do mesmo ano, o Congresso foi reaberto e o partido político de extrema direita, a Arena, indicou o general Emílio Garrastazu Médici para presidência. Ele foi eleito pelos presentes, no entanto, os parlamentares cassados pelo AI-5 não estavam lá.

Klanovicz e Klanovicz (2012, p. 114-115) alegam que esse período “em que mais atentados contra os direitos políticos e civis aconteceram [...] Também deve ser lembrado que o

governo investiu grandes somas em campanhas destinadas a se mostrar simpático à população [...]”. Essas campanhas buscavam instigar o patriotismo da população e o lema utilizado era “Brasil: Ame-o ou deixe-o”. Em resumo, ou você apoiava o regime militar ou deixava o país.

A Transamazônica, ponte Rio-Niterói, Usina de Itaipu foram obras utilizadas para passar a falsa impressão de crescimento do país para a população neste período. Esse relativo progresso foi chamado de “Milagre Econômico”.

O presidente Médici se apresentava como um “homem do povo”, torcedor número um da seleção brasileira e apaixonado por futebol. E como exemplo desta popularidade construída a conquista da copa de 1970, pela seleção “canarinho”, é considerada mais uma vitória de seu governo. (BOULOS JUNIOR, 2009).

Enquanto isso “os meios de comunicação – jornais, televisão, rádio, livros, discos, musicais, teatro etc. eram vigiados pela censura, de modo que o que desagradasse ao governo era podado. A ditadura não admitia críticas nem oposição democrática” (COTRIM, 1999, p. 339).

Olivieri (2014) define censura por: “o exame a que são submetidos trabalhos artísticos ou informativos, com base em critérios morais ou políticos, para avaliação sobre a conveniência de serem liberados para apresentação ao público em geral”. Ainda este autor acrescenta que esse controle foi uma grande arma do regime militar e teve um papel valioso para calar os opositores e impedir que mensagens contrárias aos seus ideais fossem divulgadas.

Nesse período muitos artistas sofreram com essa censura e passaram a utilizar-se de frases figurativas para mostrar levar ao povo informações políticas e conscientizar a população. Cotrim e Rodrigues (2012, p. 254) afirmam que “muitos intelectuais, dramaturgos, atores, professores, jornalistas e músicos protestaram contra o autoritarismo dos governos militares”. Um exemplo de resistência ao regime militar foi o cantor Geraldo Vandré, que cantou ‘Pra não dizer que não falei de Flores’, sendo que esta música ficou em segundo lugar do III Festival Internacional da Canção em 1968 no Rio de Janeiro, e posteriormente foi considerada hino da contestação à ditadura.

Schmidt (1999) também ressalta que durante a ditadura muitos artistas fizeram canções que criticavam o regime em vigor. Entre eles estão Chico Buarque de Holanda, Edu Lobo, Tom Jobim, Vinicius de Moraes, Toquinho, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Nara Leão, Elis Regina, Maria Bethânia, entre outros. Após o AI-5 muitos desses artistas preferiram o exílio para evitar possíveis prisões e torturas, ou seja, muitos destes artistas citados preferiram o auto-exílio indo morar em outros países.

Foi neste período, também, que os grupos guerrilheiros passaram a se organizar para enfrentar o regime político que estava em vigor no Brasil e, como explicam Piletti e Piletti (1995, p. 86), estas guerrilhas assim se caracterizavam: “Os participantes dessa ação eram, em sua maioria, estudantes e operários. Dois tipos de ações foram frequentes: assaltos a bancos, para conseguir dinheiro para luta armada contra o governo, e sequestros de diplomatas estrangeiros, para trocá-los por presos políticos”.

Como neste período o governo estava gastando mais do que produzia, o falso “milagre” não se sustentou por muito tempo. “A inflação começou a subir e a dívida externa cresceu de forma assustadora. Teve início então uma longa e amarga crise econômica”. (COTRIM, 1999, p. 341- 342). Contudo o que foi mencionado, os militares perderam o argumento de que estavam proporcionando crescimento e desenvolvimento para o país. Dando assim munição para a oposição crescer e exigir a volta da democracia.

Ao final do mandato de Médici, um novo presidente foi indicado e eleito indiretamente, era ele Ernesto Geisel. Sua proposta era um processo lento e gradual de liberação e democratização. Ele iniciou suavizando a censura, liberando os grandes jornais, porém não a extinguiu. Em 1974 houve as primeiras eleições livres, elas buscavam eleger senadores, deputados e ve-

readores. O MDB (movimento democrático brasileiro), partido de oposição conseguiu eleger dezesseis senadores contra 5 da Arena. (PILETTI; PILETTI, 1995). Entretanto, neste contexto de abertura política e indícios de liberdade, ainda coexistiam ações mantidas pelos serviços de informação e segurança que continuavam a procurar e prender os opositores do governo acusando-os de serem comunistas.

“Em outubro de 1975, Vladimir Herzog, diretor de telejornalismo da TV Cultura de São Paulo, foi chamado para um interrogatório num quartel do exército. Ele ficou lá vários dias, preso [...]. Dias depois, a família recebeu a notícia de que ele havia ‘se suicidado’” (SCHMIDT, 1999, p. 283). Posteriormente foi provado que ele foi torturado até a morte. O mesmo aconteceu com o metalúrgico Manuel Fiel Filho.

Com a repercussão dos assassinatos ocorridos, o presidente Geisel afastou o comandante militar de São Paulo, general Eduardo d’Avila Melo, acusado de apoiar a linha dura. Já em setembro de 1977, Sylvio Frota (ministro do exército) candidatou-se à presidência com o apoio dos militares, a favor da ditadura, com a intenção de retomar o poder. Geisel logo demitiu Eduardo do ministério para impedir sua candidatura e indicou um de seus aliados para garantir que o processo de democratização continuasse, era ele João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Em 1979 Figueiredo recebeu um país à beira de um colapso, situação agravada pelos preços das mercadorias que sofriam com a inflação diminuindo cada vez mais o poder de compra da população. Schmidt (1999, p. 284) acrescenta que “no primeiro ano de governo, o custo de vida tinha aumentado mais de 70%. Os salários, claro, não acompanhavam essa alta de preços”.

Nesta época iniciava a transição da ditadura para a democracia, logo a censura estava mais branda, o que permitiu que a população começasse a reivindicar publicamente seus direitos e exigir a queda da ditadura e a redemocratização do país contribuindo para que “diante das pressões de grande parte da sociedade organizada, Figueiredo assumiu o compromisso de prosseguir com a abertura política”. (COTRIM; RODRIGUES, 2009, p. 230).

Uma das conquistas destas reivindicações foi a “Lei da Anistia” em agosto de 1979. Esta lei era caracterizada pelo perdão para as pessoas que tinham sido presas, torturadas, mortas, exiladas durante o regime militar, sendo que este perdão era também para os assassinos e torturadores. Porém, os funcionários públicos que se enquadravam na lei de anistia dependiam de autorização especial do presidente para retornarem aos seus antigos cargos (SCHMIDT, 1999).

Com a assinatura desta lei muitos brasileiros exilados retornaram ao país com esperança de melhores condições de vida e menos repressão. Vieira Filho (2001) cita que a população recebeu com carinho os anônimos e também prepararam grandes recepções para os antigos líderes, como: Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes e Leonel Brizola, e personagens como Fernando Gabeira, Celso Furtado e Betinho, que ficou conhecido na época pela música “Irmão do Henfil”, cantada por Elis Regina e escrita por Aldir Blanc.

Outra conquista adquirida neste período foi o fim do bipartidarismo. Extinguindo a Arena e o MDB e criados novos partidos com o intuito de disputar as eleições seguintes. Surgiram, assim, outros partidos políticos, tais como, o PDS (Partido Democrático Social, no lugar da Arena), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no lugar do MDB), PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PP (Partido Popular). (COTRIM; RODRIGUES, 2009).

Foi nesta situação de mudanças políticas, incertezas e dificuldades econômicas que ocorreu a revolta em que tratamos neste estudo: A Novembrada.

A ditadura militar em Santa Catarina

No período que ocorreu o golpe de estado de 1964, o governador do estado de Santa

Catarina era Celso Ramos, ele governou o estado entre 1961 a 1966.

Em 1966, com a extinção dos partidos políticos os rivais PSD e UDN se uniram no partido Arena, os representantes dela eram Celso Ramos e Irineu Bornhausen. As oposições reuniram-se no MDB que era comandada no estado pelo deputado Doutel de Andrade (VIEIRA, 2001). Neste período o governo estava nas mãos de Ivo Silveira, que governou o estado entre 1966 a 1971.

Fatos importantes marcaram o governo de Ivo Silveira, sendo que estas ações serviram de exemplo para o restante do país, uma delas foi a abertura de linhas de crédito especial para ajudar os produtores a construírem armazéns para estocar seus produtos, podendo assim vendê-los na oportunidade certa; a outra ação foi a criação da reforma na rede de distribuição de energia elétrica, que em 1966 abrangia 134 localidades passando para 715 em 1968 (Governadores do Estado de Santa Catarina - de 1889 aos dias atuais).

Após a implantação do AI5 no país, as novas eleições não foram mais democráticas e sim por indicação. Em Santa Catarina o governador eleito indiretamente foi o engenheiro Colombo Machado Salles, seu mandato foi de 1971 a 1975. Sua administração foi baseada no cumprimento do “Programa Catarinense de Desenvolvimento” o qual fazia parte do programa do governo federal fazendo com que o “Milagre Brasileiro” tivesse continuidade e que tinha como meta o desenvolvimento do país desde o governo do presidente Médici. Foi neste período construída a segunda ponte ligando a ilha de Santa Catarina ao continente, sendo que essa ponte posteriormente levaria seu nome.

Em 1975, na presidência de Geisel o indicado a governador do estado de Santa Catarina foi Antônio Carlos Konder Reis. Esse período de governo foi marcado por significativas realizações em diversos setores como: educacional, tecnológico, rodoviário, agrícola e energético. Seu lema era “Governar é encurtar distâncias”. Esse governador ficou conhecido por manter a tradição de políticos honestos que até então marcavam a política do estado (VIEIRA, 2001).

No mesmo ano que o presidente Figueiredo assumiu o poder, Santa Catarina também ganhou um novo governador. No dia 15 de março de 1979 assumiu Jorge Konder Bornhausen. Foi durante o seu governo, no mês de novembro do mesmo ano de sua posse que aconteceu o episódio Novembrada.

A Novembrada

Em 1979 o Brasil estava vivenciando um período de mudança. A economia, conforme já citado, estava sofrendo um colapso. A censura parecia estar mais branda, porém ainda existiam as repressões militares. A lei da anistia vigorava, porém não agradava a todos, todavia o regime ditatorial era o regime em vigor.

Entende-se por ditadura: “um termo associado à ideia de governo autoritário, que restringe a liberdade, a cidadania e as formas de expressão. Isso contrasta com a liberdade própria da democracia”. (COTRIM; RODRIGUES, 2012, p. 83).

Florianópolis, capital de Santa Catarina, no ano de 1979 foi palco de uma manifestação popular demonstrando o descontentamento, de grande parte da população, com o atual regime político. Posteriormente este fato histórico foi chamado de Novembrada porque ele ocorreu em novembro.

O nome “Novembrada” já havia sido utilizado antes do acontecimento de 1979. Pereira (2004) cita duas ocasiões: 15 de novembro de 1831, onde revoltosos do estado de Pernambuco se apossaram da Fortaleza das Cinco Pontas, reivindicando a expulsão dos funcionários públicos, extinção das sociedades estrangeiras; 11 de novembro 1955 durante o governo de Juscelino Kubitschek.

A manifestação organizada em Florianópolis foi a terceira revolta popular no nosso país ocorrida no mês de novembro e com objetivo reivindicatório, porém esta se tornou uma das mais conhecidas devido à solenidade organizada para receber o ditador.

Os motivos para a realização do movimento decorrem de várias circunstâncias entre os quais se podem destacar a vontade que muitos participantes tinham de mudar novamente o nome da Capital para o antigo nome: Desterro. Desse modo os manifestantes acreditavam estar evitando uma injustiça, pois o nome Florianópolis derivou de uma homenagem a Floriano Peixoto (Marechal de Ferro). Os governantes ignoraram o fato de que foi de Floriano que partiu a ordem para repressão sangrenta contra os revoltosos de 1894 e o mesmo também, após sufocar a revolta enviou a Santa Catarina o coronel Moreira César que matou todos os revoltosos com muita perversidade. (PEREIRA, 2004), lembrando que os familiares e descendentes das pessoas assassinadas ainda residiam na cidade.

Pereira (2004, p. 30) cita algumas razões que provocaram a insatisfação do povo: “o aumento da gasolina, a homenagem prestada a Floriano Peixoto, as declarações do presidente que não estava preocupado com a impopularidade de certas medidas e a fria resposta dada aos parlamentares em Brasília, deitando por terra as pretensões do Estado”.

Também concorda Vieira Filho (2001) que a visita do então presidente, João Figueiredo, ocorreu em um momento de descontentamento com a situação do Brasil. O mesmo autor cita que a população vinculou erroneamente a vinda do presidente com as homenagens ao General Floriano Peixoto, conhecido pelas atrocidades cometidas durante a Revolução Federalista.

Embora não se tenha um consenso ou um único motivo, pode-se notar que todos os autores, que registraram este fato, citam diversas razões para as atitudes tomadas pelo povo no dia da visita do presidente João Figueiredo.

No dia 30 de novembro de 1979 a comitiva do então presidente iria realizar o trajeto do Aeroporto até a sede do governo catarinense no Palácio Cruz e Sousa. O percurso deveria passar pelo Saco dos Limões e estava preparado com faixas para saudá-lo, contendo frases como “João o presidente da conciliação”, entretanto um grupo de manifestantes mulheres esperou a passagem da comitiva e, esta ao passar, teve início um inesperado “panelaço”. (PEREIRA, 2004).

Ao chegar à sede do governo de Santa Catarina, na Praça XV de Novembro, número 227 no centro da cidade, o presidente foi recebido com solenidades. Durante a recepção os estudantes já estavam protestando em frente à Catedral Metropolitana localizada na Rua Padre Miguelinho, número 55, bem próximo ao palácio do governo.

A fim de ilustrar a manifestação ocorrida na época Pereira (2004) afirma que os manifestantes gritavam frases como: “Abaixo a ditadura”, precedidos por “Abaixo ao Figueiredo o povo não tem medo”, o mesmo autor continua a descrever o acontecido com o avanço dos policiais para tentar conter os manifestantes e os gritos mudaram para “Não fique aí parado você é explorado”, “Cavalo! Cavalo!” e “Fascista! Fascista!”.

Os gritos e cânticos dos manifestantes ecoaram dentro do palácio Cruz e Sousa, sede do Governo na época, e fizeram com que o presidente Figueiredo fosse à sacada verificar o acontecido. O Infográfico – Novembrada 30 anos cita que:

Ainda na sacada, Figueiredo estende a mão direita e aproxima o dedo indicador do polegar, para demonstrar que se tratava de um grupo 'pequeno', mas o povo interpretou como um gesto obsceno. O gesto teria sido o estopim para uma briga generalizada entre simpatizantes do presidente e populares contrariados. Figueiredo perdeu o controle e ficou possesso. 'Xingaram a minha mãe', gritava repetidamente. Intempestivo, desceu as escadas e foi em direção à rua para confrontar os manifestantes.

A instabilidade continuava e mesmo com o apelo da segurança Figueiredo não mudou o cronograma preestabelecido, sendo que “O programa previa o deslocamento da comitiva até o Ponto Chic, a esquina central de Florianópolis, onde serve-se um tradicional café, que seria

provado por Figueiredo”. (VIEIRA, 2001, p. 258).

Assim, de acordo com a vontade do presidente a comitiva seguiu para o Café Chic, também conhecido como Senadinho, rua Felipe Schmidt, número 61, lugar também próximo ao Palácio Cruz e Sousa, entretanto “na caminhada as provocações prosseguiram, como as ocorridas em frente ao palácio Cruz e Sousa. Em poucos minutos, Figueiredo reagiu e começou a pancadaria envolvendo estudantes e comitiva”. (PEREIRA, 2004, p. 48).

Ambos os lados saíram feridos, porém os registros históricos citam em especial a agressão ao ministro de Minas e Energia, Cesar Cals. A escolta seguiu o cronograma dirigindo-se para Palhoça. “A comitiva de carros oficiais não escapa do 'corredor polonês' armado pelos populares, que passam a golpear os carros que partiam”. (INFOGRÁFICO – Novembrada 30 anos).

Mesmo com a retirada dos governantes a população continuou o quebra-quebra. O Infoográfico – Novembrada 30 anos cita que ao meio dia o Centro de Florianópolis parecia uma praça de guerra, a multidão indignada nas imediações da rua Felipe Schmidt, a Praça XV e Largo da Catedral. A multidão apedreja o Palácio Cruz e Sousa. Já na Praça XV de Novembro, onde estava a placa de homenagem a Floriano Peixoto, os manifestantes arrancaram, incendiaram e jogaram contra o palácio esta mesma placa. De acordo com os relatos feitos na época pode-se dizer que o tumulto prosseguiu até às 16h.

O Movimento estudantil

Os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, precisamente membros do Diretório Central dos Estudantes (DCE), organizaram sim um protesto contra o governo de João Figueiredo e a ditadura militar.

De acordo com a entrevista dada ao Diário Catarinense, Marize Lippel afirma que os integrantes do DCE prepararam “cartas abertas” e faixas para o dia da visita do então presidente. No entanto, no dia da visita muitos alunos já haviam ido embora por ser final de semestre, Marize afirma que “nós não tínhamos mãos o suficiente, ou bem nós entregávamos carta aberta, ou bem a gente segurava as faixas, porque éramos poucos realmente naquele momento”. Na mesma entrevista a estudante também lembra que os governantes (tanto estadual quanto municipal), com a intenção de realizar uma recepção calorosa a Figueiredo, obrigaram as pessoas a participar da recepção na Praça XV, as crianças foram liberadas da escola, os professores levaram suas classes, os servidores públicos pararam de trabalhar para comparecer.

A estudante comentou que com fatídico gesto de aproximar o dedo, realizado por Figueiredo na sacada do Palácio Cruz e Sousa, momento que influenciou na reação dos participantes, pois, realmente o número de estudantes a protestar era pouco na praça, porém a população aderiu ao movimento, seja por concordar com as reivindicações ou por interpretar o gesto do presidente incorretamente. E o resultado da revolta da população já foi mencionado.

Acontecimentos após o dia 30 de novembro

O fato ocorrido no dia 30 de novembro de 1979 foi noticiado de forma polida, visto que ainda a ditadura era o sistema vigente.

A revista Veja (edição 05/12/1979 apud Pereira 2004, p. 74) noticiou da seguinte forma:

Às 19 horas de sexta feira, as principais redes nacionais de televisão receberam uma recomendação para não divulgar as cenas do entrevero entre um grupo de radicais e o presidente Figueiredo e sua comitiva no centro de Florianópolis. O caso mal foi noticiado, os espectadores viram menos, as emissoras não informaram e o governo ficou

satisfeito, pois semelhante prodígio foi conseguido através de pedidos, sem censura.... No ‘Jornal Nacional’, às 19h45min, a Globo limitou-se a colocar no ar os principais trechos da nota oficial do governo sobre o incidente. Por volta das 21h, porém um novo conselho liberou a divulgação das cenas, que as emissoras colocaram no ar em seus últimos jornais, entre as 23 e 24 horas. A razão é simples: As emissoras só tinham filmado o primeiro incidente, em frente ao Palácio Rosado. O segundo no ‘Senadinho’, é o que levou autoridades e manifestantes às vias de fato – e só foi filmado por uma emissora de Florianópolis, a TV Catarinense, que não chegou a gerar as imagens devido às gestões da Embratel. As cenas exibidas pelas redes nacionais não mostraram violências e o som não registra imprecações.

Inicialmente, a imagem mostrada na televisão não expressava o que realmente havia acontecido. Para as pessoas que não presenciaram a revolta, ela parecia ter sido branda e pacata. Porém, para os manifestantes e a população que vivenciou foi frustrante ver o quanto o governo havia abafado o episódio.

A afronta contra o presidente e sua comitiva foi considerada um insulto e um absurdo. As autoridades não “deixaram barato” e prontamente encontraram uma forma de punir os organizadores, no caso os estudantes. Andrade (2010, p. 99) afirma que o governo: “Com base na Lei de Segurança Nacional, processaram sete estudantes, todos líderes estudantis vinculados à gestão do DCE da UFSC”.

A polícia Federal prendeu inicialmente, por ordem de Brasília, cinco estudantes: Marize Lippel, Geraldo Barbosa, Amilton Alexandre conhecido como Mosquito, Newton Dias de Vasconcelos Júnior e Rosângela Koerich. Pereira (2004, p. 108) acrescenta que para os: “familiares e amigos dos estudantes, o maior temor era de pressões psicológicas e até atos de torturas”, como era comum durante o período da ditadura. Os outros dois estudantes que faltavam eram: Adolfo Luiz Dias (presidente do DCE) e Ligia Giovanella (vice-presidente). Eles foram considerados fugitivos e a polícia civil e militar passou a procurá-los.

Os estudantes em fuga foram acolhidos inicialmente na casa do irmão de Ligia, em Blumenau, onde permaneceram até dia 1º de dezembro de 1979. Por questões de segurança seguiram para Rio do Sul onde residia a mãe de Ligia, a senhora Josefina Giovanella. Sempre em companhia do jornalista Dario de Almeida Prado, mudaram mais uma vez para um *camping* em outra cidade, chamada de Ascurra-SC (PEREIRA, 2004).

Enquanto os estudantes estavam refugiados o advogado Nelson Wedekin, Francisco Kuster (integrante do partido MDB) e outros civis buscavam a defesa tanto deles quanto dos outros cinco presos.

Como as autoridades não conseguiam encontrar Ligia e Adolfo, e estavam sendo desmoralizadas, acabou aceitando as exigências feitas pelo advogado Nelson Wedekin. Essas exigências eram: detenção não superior a oito dias (prazo previsto da Lei de Segurança Nacional), prisão especial para todos, visitas diárias de um médico e de um advogado e uma entrevista coletiva no Palácio Barriga Verde, sede do poder Legislativo. Pereira (2004, p. 120) acrescenta sobre os motivos da solicitação da entrevista: “O objetivo era mais de documentar as condições físicas em que se encontravam para eventuais denúncias sobre a ocorrência de violência física durante os interrogatórios”.

No dia 6 de dezembro, uma quinta-feira, os estudantes refugiados se entregaram. Os sete membros do DCE ficaram incomunicáveis, embora tivessem os direitos adquiridos pelas exigências de Ligia e Adolfo. Podiam ler jornais, ouvir rádio e receber a visita do advogado Nelson Wedekin e do médico Waldemar Barbosa, pai de Geraldo Barbosa (PEREIRA, 2004).

Confirmadas as prisões, logo a população passou a apoiá-los e a reivindicar sua soltura. O primeiro apoio foi do Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo de Florianópolis, seguido

pela Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Florianópolis.

“O confronto político de Santa Catarina e a prisão dos estudantes provocavam reações em vários Estados, principalmente, das entidades do eixo Rio - São Paulo - Brasília”. (PEREIRA, 2004, p. 128). O protesto regional passou a tomar grandes proporções. O apoio dos outros estados tornou as reivindicações não apenas questões discutidas no estado de Santa Catarina e sim se difundiu no Brasil inteiro.

A população buscava a revogação da Lei de Segurança Nacional, o fim da prisão dos estudantes e da repressão do governo.

Moacir Pereira, em entrevista para o *site* do Diário Catarinense, cita que os fatos ocorridos após o “dia 30 de novembro também pesaram contra o governo militar. A reação intempestiva das autoridades, que resolveram prender os sete estudantes que encabeçavam os protestos, foi um ‘gol contra’”.

No dia dez de dezembro do mesmo ano, uma segunda-feira, na Praça da Bandeira, ocorreu o último ato pela libertação dos estudantes. Nesta ocasião ocorreu um culto ecumênico, presidido pelo arcebispo de Florianópolis, Dom Afonso Niehues, e acompanhado pelo pastor luterano Ulrico Sperb. Neste mesmo dia foi entregue às autoridades um documento com vinte mil assinaturas, pedindo a libertação dos estudantes, e a não acusação deles na Lei de Segurança Nacional.

Pereira (2004) alega que no dia 11 de dezembro cinco dos sete estudantes ganharam a liberdade. Ficou preso apenas o presidente do DCE, Adolfo Dias e Ligia Giovanella. Sendo libertados apenas dia 13 de dezembro de 1979, dois dias antes da formatura de Ligia em Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

“Ao serem libertados, todos os sete estudantes disseram que foram bem-tratados e que não sofreram constrangimentos físicos ou psicológicos”. (PEREIRA, 2004, p. 120).

Após a libertação, os universitários continuaram a responder em liberdade pelas acusações da Lei da Segurança Nacional. Andrade (2010, p. 111) afirma que “realizaram-se vários atos de protesto em defesa dos acusados deste acontecimento. Juristas e políticos de renome passaram a defendê-los”. Entre estes juristas estão o paranaense Rene Ariel Dotti, famoso por defender presos políticos e Heleno Fragoso na época o maior penalista do Brasil.

No dia 17 de fevereiro de 1980 finalmente ocorreu o julgamento perante a justiça militar. O veredicto: absolvição dos sete estudantes por três votos a dois.

O olhar de uma acadêmica sobre a novembrada

Nesta pesquisa optou-se por realizar uma entrevista com Marilucia Wessler dos Santos, acadêmica do curso de História, cujo objetivo foi colher um relato de uma pessoa que estava naquele local, porém não fazia parte do grupo de manifestantes. A principal finalidade desta entrevista foi fazer uso da memória da entrevistada para ampliar a compreensão do tema estudado neste trabalho.

As perguntas feitas à entrevistada estão na íntegra no anexo deste trabalho de graduação. A seguir serão destacadas algumas perguntas e respostas em relação ao acontecimento Novembrada no qual ela vivenciou o acontecido como espectadora. A entrevistada trabalhava em um prédio em frente à Praça XV, local onde ocorreu o episódio que se trata neste trabalho.

Marilucia, na época com 21 anos, no dia que ocorreu a Novembrada estava no 9º andar do prédio, de onde pode assistir todo o tumulto desde o início. Ela afirma que inicialmente ninguém tinha a dimensão do que estava acontecendo, mas aos poucos foram entendendo, pois “os manifestantes deixaram bem claro, através de seus atos, a revolta contra o governo e a ditadura militar. Cantavam ‘menos luxo, mais feijão’ e, também, ‘chega de sofrer, o povo quer comer’ e coisas do tipo”. (Relata a entrevistada).

Conta ela que a polícia militar foi muito agressiva com os manifestantes deixando todos aqueles que assistiam temerosos pelo que estava acontecendo com a população lá em baixo.

Diante desse fato, ainda conta que o Diretor da empresa onde trabalhava comentou a imaturidade do então Presidente João Figueiredo ao reclamar que a multidão havia xingado sua mãe. A entrevistada afirmou que viu o momento quando a comitiva do então presidente estava se deslocando para o Senadinho (Ponto Chic) e um dos integrantes foi atingido com uma pedra jogada pelos manifestantes.

Lembra, também, que todo o ocorrido foi muito comentado nos dias seguintes, Marilucia cita a prisão dos estudantes e principalmente a de Ligia Giovanella.

Quando foi perguntado a ela sobre o período da ditadura, a acadêmica respondeu que nasceu em 1958, portanto em 1964 (ano que iniciou a ditadura), tinha apenas seis anos, “não tinha consciência para entender qual a melhor forma de governo”. Porém a entrevistada lembra que não foi um período fácil. Não havia liberdade de expressão, assim a mesma cita o episódio da Novembrada, e lembra-se do resultado das prisões dos estudantes, enquadrados na lei de segurança nacional. Ela também cita os baixos salários e inflação alta vividos neste período.

Material e métodos

A metodologia desta pesquisa classifica-se quanto aos seus objetivos, como uma pesquisa de origem exploratória, porque foi realizado um levantamento bibliográfico dos acontecimentos históricos, tanto dos fatos que levaram à revolta denominada Novembrada, quanto da revolta em si a fim de entender esse acontecimento.

Sobre a pesquisa exploratória Gil (1999, p. 43) aponta que:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso.

A escolha da pesquisa exploratória foi de suma importância para adquirir um amplo conhecimento a respeito do tema escolhido, proporcionando assim maior aprofundamento do assunto e conseqüentemente adquirir maior familiaridade com a pesquisa em questão e ter elementos para estudar e escrever sobre ele.

Mattar (1993, p. 87) considera que: “A pesquisa exploratória é aquela que permite ao seu pesquisador uma gama maior de conhecimento a respeito do tema ou problema da pesquisa”.

Já quanto aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa é caracterizada como Estudo de Caso, pois se realizou um estudo do assunto em questão tanto em materiais já elaborados como jornais, livros, *sites* confiáveis na internet, como também se buscou outras fontes ainda não publicadas, sendo ainda considerada a história oral como fonte de pesquisa.

Gil (1991, p. 58) caracteriza o estudo de caso como: “[...] estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Esta pesquisa torna-se qualitativa, pois ao fazer uso da entrevista se utilizou de uma importante fonte histórica para analisar a subjetividade do ser humano. Por meio do instrumento de coleta de dados escolhido pode-se transpor a opinião do entrevistado a respeito do assunto pesquisado. Esta opinião não pode ser traduzida em números.

Oliveira (1997) sustenta que a pesquisa qualitativa possui um lugar de destaque para as ciências sociais e as inúmeras possibilidades de se estudar fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.

Nada mais propício que para o estudo da história. Sabe-se que os novos historiadores devem estudar não apenas os fatos, mas o todo, assim este tipo de coleta de dados nos proporciona visões diferentes das já publicadas.

Conforme Goode e Hatt apud Marconi e Lakatos (2002, p. 196), a entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social com uma conversação”.

A entrevista semiestruturada foi realizada no dia 13 de setembro de 2014 com Marilucia Wessler dos Santos, acadêmica do curso de História. Escolheu-se ela, pois a mesma vivenciou todo o período histórico da “Novembrada”, objeto de estudo deste trabalho. Este instrumento de coleta de dados seguiu um roteiro e foi transcrito durante este trabalho.

Conclusão

O Brasil teve um período político de muitas mudanças na presidência. Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros foram os últimos presidentes eleitos de forma democrática antes do Golpe de Estado de 1964 que instaurou o Regime Militar no Brasil até 1985.

Esta foi uma época de muita repressão, tortura e falta de liberdade para a população em geral. Foram feitas leis que ajudavam apenas os governantes e puniam qualquer pessoa que fosse contra o regime. Os Atos institucionais e leis criadas neste período serviam para controlar a população e aumentar o poder do governante, reprimindo cada vez mais a liberdade de expressão.

O descontentamento dos populares ficou evidente em movimentos e revoltas como a dos “Cem mil”, a Novembrada, os atos de guerrilha, as tentativas dos artistas de mostrar sua indignação com o regime político adotado desde 1964.

Embora esse regime tenha durado mais de 20 anos, as pessoas lutaram pela Democracia. E foi em busca desta liberdade que os estudantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) lutaram no dia 30 de novembro de 1979, fatídico dia em que ocorreu a Novembrada.

A visita de Figueiredo à capital buscava melhorar a imagem do presidente. Faixas com o nome João da conciliação estavam espalhadas pela cidade. Um ditador tentando colocar uma máscara de “santo”. E certamente o povo não é burro. O Panelaço foi uma maneira que as mulheres encontraram para reivindicar melhores condições de vida e sua insatisfação com a situação econômica vivenciada naquele momento.

Na época, nas proximidades da Praça XV, em frente à catedral metropolitana, poucos estudantes estavam protestando contra a ditadura, melhores salários, o preço dos produtos e serviços e a inflação. Reclamavam também da homenagem sem noção realizada com a mudança do nome da cidade de Desterro para Florianópolis. Homenageando o marechal de ferro Floriano Peixoto que fuzilou muitas pessoas na ilha de Anhatomirim sem qualquer direito de defesa, eram elas civis e militares. Pessoas essas que, ainda tinham familiares na cidade, o que provocou ainda mais a ira da população.

Estavam lá também crianças, funcionários públicos e curiosos. Porém, tudo se agravou quando o presidente Figueiredo se aproximou da sacada do palácio Cruz e Souza e em frente à população que se encontrava ao redor da Praça XV e aproximou o indicador do polegar afirmando ser uma minoria de manifestantes. O fatídico gesto foi interpretado erroneamente como um insulto e um palavrão pelos presentes e gerou um descontentamento geral. Xingamentos e ofensas foram dirigidos ao presidente. Certamente o gesto foi o estopim da revolta. Ele fez com que o povo descontente com a situação econômica voltasse sua ira contra o governante.

Como mesmo falou a entrevistada Marilucia, as atitudes do presidente foram imaturas. Ele provavelmente, após ouvir alguma ofensa, dirigiu-se para brigar com a multidão alegando que falaram mal de sua mãe. E mesmo com o apelo da sua comitiva quis continuar com o

cronograma e tomar café no “Senadinho”. Lá ocorreu um embate, manifestantes e comitiva se enfrentaram resultando em pessoas feridas e bens particulares danificados. A placa de homenagem a Floriano Peixoto, que estava no centro da praça foi arrancada, queimada e jogada na frente do palácio do governo.

Se o presidente tivesse mais preparado tudo poderia ser diferente. Se ele tivesse escutado os apelos da comitiva e não enfrentado os manifestantes e não ter se dirigido para o Ponto Chic (Senadinho), provavelmente as coisas teriam ficado apenas nas ofensas.

Para piorar a situação as informações foram abafadas, gerando mais curiosidade nos envolvidos. A forma de reprimir e culpar os “responsáveis” pela manifestação foram fictícias, visto que os estudantes não foram os responsáveis e muito menos esperavam que a população chegasse ao ponto que chegou.

Punir com a Lei da Segurança Nacional, estudantes que estavam buscando por melhores condições de vida e o bem da população não era a solução. Na verdade foi apenas para saciar a vontade de Figueiredo por vingança.

Certamente, o povo, ao não aceitar injustiça e toda esta situação só fez com que a aceitação do presidente fosse diminuindo. O apoio contra a prisão dos membros do DCE passou a ser não apenas estadual e sim nacional. As notícias correram até internacionalmente e provaram que quando a população se une ela comprova que é detentora do poder.

A Novembrada colocou em evidência a reivindicação dos estudantes, mulheres e trabalhadores em geral e mostrou para o país que havia solução. Que poderiam lutar por um país mais justo e o retorno da democracia.

Referências

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Abaixo as ditaduras**: história do movimento estudantil – 1974 a 1981. Florianópolis: Conceito, 2010.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História – Sociedade & Cidadania, 9º ano**. São Paulo: FTD, 2009.

CARDOSO, Oldimar. **Leitura da História 9º ano**. São Paulo: Escala educacional, 2012.

COTRIM, Gilberto. **História do Brasil**: um olhar crítico. São Paulo: Saraiva, 1999.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer História**: História Geral do Brasil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Saber e fazer História, 9º ano**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

Governadores do Estado de Santa Catarina (de 1889 aos dias atuais) – Governadores.doc. Disponível em: <<http://www.casamilitar.sc.gov.br/governadores.asp>> Acesso em: 16 nov. 2014.

Infográfico – Novembrada 30 anos. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/novembrada/19,398,2731217,Infografico-saiba-como-aconteceu-a-Novembrada-em-Floriano->

polis.html> Acesso em: 16 nov. 2014.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari; KLANOVICZ, Thiago Rodrigo da Silva. **História do Brasil Republicano**. Indaial: Uniasselvi, 2012.

LIPPEL, Marize. Entrevista Diário Catarinense. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/novembrada/19,398,2729835,Pres-a-apos-a-Novembrada-Marize-Lippel-relembra-as-intimidacoes-dos-policiais.html>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATTAR, Frauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1993.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVIERI, Antonio Carlos. Censura: O regime militar e a liberdade de expressão. Site Educação UOL. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/censura-o-regime-militar-e-a-liberdade-de-expressao.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

PEREIRA, Moacir. **Novembrada**: um relato da revolta popular. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. Especial Novembrada – Entrevista Diário Catarinense. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/novembrada/19,398,2731123,Para-Moacir-Pereira-Novembrada-e-ra-uma-cri-se-anunciada.html>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e vida**. Vol. 2. 15. ed. São Paulo: Ática, 1995.

SCHIMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 1999.

VIEIRA Filho, Dalmo. **Santa Catarina 500**: Terra do Brasil. Florianópolis, A notícia, 2001.

ANEXO

ENTREVISTA:

Entrevistada: Marilucia Wessler dos Santos

1. Você tinha ideia da dimensão do que estava acontecendo?

R.: Não.

2. Qual foi a reação dos manifestantes?

R.: Os manifestantes deixaram bem claro, através de seus atos, a revolta contra o governo e a ditadura militar. Cantavam “menos luxo, mais feijão”, “chega de sofrer, o povo quer comer” e coisas do tipo. Foram agressivos, especialmente porque a polícia militar, sob o comando das autoridades da época: Bornhausen e Amin, tentavam contê-los.

3. Como você definiria a ditadura naquela época?

R.: Eu nasci em 1958, então, em 1964 quando começou a ditadura militar não tinha consciência para entender qual a melhor forma de governo. Todavia, lembro que era muito difícil. Não havia liberdade de expressão, tanto que do episódio da Novembrada resultou a prisão de sete estudantes, enquadrados na lei de segurança nacional. Outra coisa difícil também era viver com baixos salários e inflação alta.

4. Como você e seus colegas de trabalho reagiram diante dos fatos?

R.: Em 1979 eu estava com 21 anos e trabalhava numa empresa localizada na Praça onde ocorreu o evento. Vimos tudo lá de cima (9º andar) em segurança e ficamos temerosos pelos que estavam no tumulto.

A reação do presidente Figueiredo foi muito comentada, até pelo diretor da empresa, que disse não entender a imaturidade do Presidente ao reclamar que a multidão havia xingado a mãe dele. Quando foram ao Senadinho, local de encontro (Ponto Chic) os manifestantes jogaram uma pedra que bateu no assessor do Presidente Figueiredo.

Depois, nos dias seguintes, foi muito comentado o fato da prisão dos estudantes. Lembro bem da prisão de Ligia Giovanella.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.